

Povos Indígenas no Brasil

Fonte *O Liberal*

Class.: 25

Data *12 de Março de 1989*

Pg.:

O impacto das hidrelétricas na Amazônia

José Matias Pereira

Na medida em que a opinião pública brasileira vem sendo despertada para os objetivos do 1º Encontro das Nações Indígenas do Xingu (ocorrido recentemente em Altamira, no Pará), tendo como ponto catalizador a formulação de um protesto contra a construção da barragem e da hidrelétrica de Kararaô, parece-me oportuno analisar, a seguir, o impacto da construção de barragens e hidrelétrica na Amazônia.

Além das hidrelétricas já implantadas, a Amazônia deverá ver nascer em seu território, nos próximos anos, novas barragens e usinas hidrelétricas de grande porte. A primeira delas foi Tucuruí, no Estado do Pará, que, em sua primeira fase, vem gerando 3,9 milhões de Kw. O lago dessa hidrelétrica inundou uma área de 2.430 quilômetros quadrados. A segunda, Balbina, no Estado do Amazonas, em início de atividade, gerando 250 mil Kw, e inundou, na sua primeira fase, uma extensão de 1.530 quilômetros quadrados de floresta. Na segunda fase, operando na cota 50, inundará 2.360 Km². O enchimento do reservatório de Balbina foi iniciado em 01.10.87, formando cerca de 1.100 ilhas na primeira fase.

A terceira grande obra nesse setor está projetada para a área próxima ao município de Altamira-PA, no rio Xingu. Com base nos dados do projeto, elaborado pela Eletronorte, esse complexo hidrelétrico (composto de duas usinas e três barragens, que inundarão 7.200 quilômetros quadrados), quando terminado, terá capacidade para gerar 17 milhões de Kw, ou seja, quase 30% mais que Itaipu, no rio Paraná, que tem uma capacidade instalada de 12,8 milhões de Kw. O custo estimado da obra é de US\$ 10,6 bilhões.

Os estudos para a construção dessas usinas tiveram início em 1975, após a Eletronorte fazer um inventário do potencial energético do rio Xingu e outros rios da região. Pelos levantamentos feitos, o rio Xingu apresenta, em toda a sua extensão, (1.800 quilômetros), uma capacidade para produzir 22 milhões de Kw, que pode ser considerada pequena pela suas dimensões. O aspecto significativo no caso, é que 75% desse potencial estão localizados num pequeno trecho do rio denominado Grande Volta do Xingu, que fica a 250 quilômetros a sudeste da região do Projeto Grande Carajás.

Das usinas do complexo de Altamira, a primeira a ser construída será a hidrelétrica de Kararaô, com início previsto para 1992, que produzirá 11,02 milhões de Kw. A segunda, Babaquara, após a conclusão da primeira, ou seja, no início do ano 2.000 deverá gerar 6,53 milhões de Kw. Vale registrar que a usina de Kararaô custará US\$ 1,4 bilhões a menos do que Babaquara, e deverá alagar uma área bem menor.

Parece-me oportuno registrar que o projeto de construção do complexo de Altamira está inserido no Plano 2.010 da Eletronorte que prevê, até aquele ano, pelas projeções de aumento de consumo, que o Brasil terá de dispor de uma produção adicional de 97 milhões de Kw. Essa carência de energia elétrica é mais do que o dobro da capacidade instalada atualmente no país.

A partir desses dados, entendo oportuno abordar a questão dos impactos negativos que essas grandes hidrelétricas poderão causar ou já estão causando em relação à fauna, flora, hidrografia, estrutura fundiária e identidade cultural do povo da região, além de provocarem inquietações nos segmentos econômicos e sociais da região.

Do ponto de vista do meio ambiente, a construção da hidrelétrica de Balbina, por exemplo, no rio Uatumã (146 quilômetros ao norte de Manaus) vem causando sérios prejuízos ao ecossistema da região. Deve-se ressaltar que começou, no fim de 1987, a ser alagada, a área de 1.530 quilômetros quadrados para gerar somente 250 mil Kw. É preciso também alertar que na área do lago de Balbina foram desperdiçados 3 milhões de metros cúbicos de madeira, quantidade suficiente para atender a demanda das indústrias madeireiras da Amazônia até o ano 2.010. Por outro lado, os resultados obtidos pela Petrobrás nas prospecções na região do rio Juruá, município de Carauari-AM, são promissores, tendo descoberto, além de petróleo, uma imensa bacia de gás natural (reservas estimadas em 100 bilhões de metros cúbicos), que poderia servir como alternativa para gerar energia para o abastecimento dos grandes empreendimentos instalados na região.

Com relação ao Tucuruí, que se encontra em fase de operação, além dos problemas ecológicos gerados e o desperdício de milhões de metros cúbicos de madeira, alagados com o fechamento da represa, começam a ser avaliados e questionados, pela comunidade regional, os custos e os benefícios, que, em princípio, tal obra trouxe para as populações da área. Tais posições estão baseadas na percepção de que o principal objetivo da construção da hidrelétrica foi o de viabilizar os empreendimentos econômicos instalados no projeto Grande Carajás, além de gerar excedentes para atender as regiões Sudeste e Nordeste.

Além desses aspectos, deve-se destacar que a construção da barragem de Tucuruí interrompeu a navegação do rio Tocantins, via natural de acesso dos habitantes e escoamento da produção da área da bacia daquele rio. A solução prevista no projeto foi a da construção de duas eclusas de grande desnível (a montante e a jusante). Com relação à eclusa de montante (quase concluída e paralisada desde 1984), encontra-se em fase de reativação.

Torna-se importante lembrar que entre as obras prioritárias, definidas pelo Governo Federal, aparece a construção da ferrovia que está ligando Açailândia a Anapólis (Norte-Sul). Tal projeto, de certa forma, compete com o sistema hidroviário da bacia do Araguaia/Tocantins. Caso o sistema de transporte venha a ser multimodal, articulando a hidrovia com a rodovia e a ferrovia, a conclusão das eclusas será indispensável.

Diante desse quadro, onde afloram muitas contradições e dúvidas, a construção do complexo de Altamira surge como mais uma variável para aumentar as inquietações, além das Nações Indígenas que ocupam a área, da comunidade paraense e regional, pois teme-se que, nessa fase de orientação de novas ações governamentais para a região, esteja reservada ao Estado do Pará e à região apenas a função de província mineral e energética, para atender as necessidades do centro dinâmico da economia, notadamente a região Sudeste. Esse temor é agravado pela disputa existente entre a CESP e a Eletronorte, para executar as obras do rio Xingu, onde a primeira defende a tese de que São Paulo deve buscar energia onde ela exista. Caso isso ocorra, ficará evidentemente a postura colonialista do modelo de transmissão de energia do complexo de Altamira, reforçando a tese de que as economias produtivas (Região Sudeste), são dependentes das economias extrativas (Amazônia), mas se sobrepõem a estas do ponto de vista de dominação.

Administrar essas dificuldades e conciliar os interesses conflitantes é uma tarefa complexa. Está claro, portanto, que a busca de uma saída racional para o problema terá que, necessariamente, passar pela elaboração de um plano estratégico, consistente, de ocupação e desenvolvimento da área, tendo como objetivo principal não o capital, mas a preservação da natureza e a integração dos habitantes da região ao processo e aos resultados econômicos e sociais desses empreendimentos.